

## **MODELOS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO E TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS: DADOS INICIAIS SOBRE O BRASIL**

LAURA FEIJÓ DE SOUZA<sup>1</sup>; CARLOS ARTUR GALLO<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – laurafeijo6@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho deriva de parte tese de doutorado da autora, o qual investiga a conduta policial durante as ditaduras no Brasil e na Argentina e analisa em que medida as transições democráticas influenciaram os modelos de policiamento ostensivo no período pós-ditatorial percebidas atualmente. Entretanto, cabe ressaltar que aqui é apresentado um recorte do caso brasileiro, a partir de dados preliminares já coletados.

O contexto geral considerado na pesquisa aponta que no Cone Sul, a transição democrática não significou, necessariamente, uma ruptura com marcos institucionais e culturais autoritários, fazendo com que persistam práticas herdadas dos regimes autoritários, os legados autoritários (MORLINO, 2014). Entre as décadas de 1960 a 1990, Brasil, Uruguai, Chile e Argentina foram marcados pela proliferação de regimes com teor autoritário, com base legal ideológica da repressão respaldada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Com o término desses regimes autoritários, tornou-se necessária a criação de mecanismos que reconfigurem o sistema político, sem que isso garanta automaticamente um contexto plenamente democrático (GALLO, 2022), o que ficou conhecido, entre 1980 e 1990, como justiça transicional. O processo é definido como um conjunto de processos e mecanismos que buscam lidar com abusos passados, garantindo justiça, responsabilização e reconciliação.

No Brasil, a transição pós-ditadura (1964–1985) foi pactuada, permitindo que elites vinculadas ao regime mantivessem seu poder em partidos de direita. Na segurança pública, isso se traduziu na influência de militares e representantes do regime durante a Assembleia Nacional Constituinte, garantindo a manutenção da estrutura herdada da ditadura e o protagonismo militar na promulgação da Constituição de 1988 (PINTO, 2012; TRINDADE, 2009).

Segundo Gallo (2022), a transição negociada reduz a possibilidade de responsabilização jurídica de militares por violações de direitos humanos, influenciando os mecanismos de justiça de transição, incluindo a segurança pública. Assim, a pesquisa busca responder como as polícias estaduais atuaram durante o regime militar brasileiro (1964–1985) e em que medida esses comportamentos refletem legados autoritários analisáveis pela justiça de transição negociada.

### **2. METODOLOGIA**

A metodologia do projeto combina revisão de literatura e análise documental para estudar a atuação das polícias estaduais nos períodos autoritário (1964–1985) e democrático (1985–2024), buscando compreender possíveis continuidades institucionais. O recorte temporal é definido pela duração formal da ditadura e pelo ano mais recente com dados disponíveis, evitando lacunas. O estudo está em fase

inicial, com ajustes no problema de pesquisa, incluindo uma análise comparativa com a Argentina, e ainda não avançou na coleta de dados sobre padrões de conduta policial no período democrático.

O que foi realizado, até o presente momento, é o que apresentaremos neste resumo, focando, finalmente, em como as polícias estaduais brasileiras agiram durante o período autoritário. Trata-se de uma pesquisa essencialmente qualitativa, e, para tal, utilizou-se técnica de análise documental, centrada em fontes primárias do Arquivo Nacional (SIAN), que incluiu documentos manuscritos, como cartas-denúncia e matérias jornalísticas, referentes a ações repressivas policiais entre as décadas de 1960 e 1980. O quadro apresentado na próxima seção apresenta uma amostragem preliminar da Polícia Militar no Brasil, ainda em fase de filtragem, que servirá para definir o recorte empírico final da pesquisa. Outros documentos desse segmento serão integrados ao corpus da pesquisa.

Os documentos foram localizados no SIAN por meio de pesquisa digital, pelo seguinte caminho: pesquisa digital > palavras: polícia militar - polícia - repressão > fundo CGI - polícia militar. Foram encontrados, em média, 382 registros. Analisou-se os cinco primeiros documentos de cada termo, e os trechos relevantes, em que se buscou, através do atalho "control + F", as mesmas palavras buscadas no banco de dados.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período militar no Brasil e dos demais países do Cone Sul que enfrentaram esse contexto, as polícias eram forças repressivas tão relevantes quanto as Forças Armadas para manutenção do regime (BAUER, 2012). Em 1967, houve maior formalização legal que colocava as polícias no centro do controle da segurança pública. Neste ano, no âmbito federal, a segurança foi centralizada, fazendo com que as polícias estaduais fossem subordinadas às Forças Armadas (Decreto-Lei nº 317/1967), alçando a polícia militar à revelia do órgão civil (GUERRA, 2016). Pelo Decreto-Lei nº 667/1969 o regime concedeu mais destaque à polícia militar, cuja qual a função originalmente não acarretava ser uma força repressiva, mas pelo texto legal, passou a atuar de maneira ostensiva, preventiva e repressiva, conforme Misse (LEGADO DA DITADURA...) (2025). Em suma, a ditadura centralizou e militarizou as polícias, afastando-as da sociedade e transformando sua função em proteger o Estado, e não os cidadãos, com foco no combate ao inimigo interno (SOARES, 2016).

Assim, até o presente momento, a pesquisa identificou nove documentos no acervo do SIAN, sendo que cada um tem de 100 a 300, com menções à atuação policial e repressiva no Brasil, especialmente nos estados de São Paulo (SP) e Santa Catarina (SC). Os registros incluem recortes jornalísticos, manifestos estudantis, cartas-denúncia e relatos de abuso institucional, com foco em ações de repressão a movimentos sindicais, greves e protestos estudantis.

Responde-se o problema de pesquisa: “como as polícias estaduais se comportaram durante o regime militar brasileiro (1964–1985) e em que medida esses comportamentos podem refletir legados autoritários passíveis de análise pela justiça de transição negociada?”, destacando que a atuação policial se dava, de acordo com os dados, por meio tais como espancamentos, invasões domiciliares e uso de metralhadoras contra estudantes. Os achados corroboram com o discutido anteriormente por Misse (LEGADO DA DITADURA..., 2025) e Soares (2016). Ainda, até o presente momento, os achados demonstram a associação entre repressão

estatal e interesses econômicos. Além disso, esses documentos apresentam a sistematicidade da repressão, principalmente em SC, onde sete dos nove relatos analisados ocorreram.

Ainda visando responder ao problema de pesquisa, porém com foco na segunda parte da questão, a ditadura fez uma separação das carreiras de policiais civis e militares que ainda se mantém. À medida que a investigação policial ficou a cargo de delegados, o policiamento ostensivo — repressão — foi um papel que passou a ser exercido pelas polícias militares, como observamos nos achados: uso de metralhadoras contra estudantes em protestos em universidades, espancamentos e invasões à domicílio.

Uma reminiscência do passado pode ser a persistente divisão de carreiras policiais, que permite a militarização até mesmo do órgão civil, contrariando expectativas de desmilitarização e maior autonomia das corporações (SOARES, 2019). Nessa lógica militarizada, não surpreende que policiais militares tenham sido os que mais morreram em conflitos entre 2022 e 2023 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024), refletindo a naturalização da violência e da morte no militarismo brasileiro (SOUZA; SERRA, 2020). Além disso, casos de mortes por intervenção policial, presentes no regime autoritário, continuam no período democrático, com crescimento de quase 190% entre 2013 e 2023 (PITTA, 2024).

Essa realidade pode ser interpretada à luz dos legados autoritários, ao percebermos a manutenção de algumas práticas e estruturas da ditadura. Apesar da redemocratização, a segurança pública segue com frágil controle civil, dificuldade de reformas e um ciclo persistente de violência envolvendo polícia e população. Persiste a lógica modernizada de combate ao “inimigo interno”, da qual o sistema securitário não se desfez, e o estabelecimento do Estado de direito não parece ter sido um obstáculo para sua permanência.

#### 4. CONCLUSÕES

A ditadura militar consolidou um modelo policial centralizado e militarizado, afastado da sociedade e voltado à proteção do Estado e à repressão de movimentos considerados subversivos, com práticas sistemáticas de violência como espancamentos, invasões domiciliares e uso de armamento letal, especialmente em São Paulo e Santa Catarina, muitas vezes em conexão com interesses econômicos. Mesmo após a redemocratização, os legados autoritários permanecem presentes na estrutura e nas práticas policiais, evidenciados pelo aumento das mortes por intervenção policial entre 2013 e 2023, pela manutenção da militarização das corporações e pela persistente lógica de combate ao “inimigo interno”, mostrando que o controle civil sobre a segurança pública continua frágil.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, C. S. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul /Universitat de Barcelona, Porto Alegre/Barcelona, 2011. Disponível em: [https://tesis.museodelamemoria.cl/Tesis\\_PDF/tesis%20silveira%20bauer.pdf](https://tesis.museodelamemoria.cl/Tesis_PDF/tesis%20silveira%20bauer.pdf) Acesso em: 11 ago. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0> Acesso em: 19 ago. 2025.

GALLO, C. A. A justiça das transições: uma proposta de análise para Portugal, Espanha, Argentina e Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 38, p. 1-31, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3B7Cf4QRRWSyzYzTXWPqRyt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 ago. 2025.

GUERRA, M. P. **Polícia e ditadura**: a arquitetura institucional da segurança pública de 1946 a 1988. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

**LEGADO da ditadura que faz 61 anos vai da militarização das PMs à devastação da educação pública**. SINTUFRJ, 31 mar. 2025. Disponível em: <https://sintufrj.org.br/2025/03/legado-da-ditadura-que-faz-61-anos-vai-da-militarizacao-das-p-ms-a-devastacao-da-educacao-publica/> Acesso em: 11 ago. 2025.

MORLINO, L. Legados autoritários, políticas do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. In: PINTO, A. C.; MARTINHO, F. C. P. **O passado que não passa**: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PINTO, A. C. Transições democráticas e justiça de transição na Europa do Sul. Perspectivas comparadas. In: ARAUJO, M. P.; FICO, C.; GRIN, M. (Orgs.). **Violência na História**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

PITTA, I. Letalidade policial sobe quase 190% em uma década, diz Anuário de Segurança. **CNN**, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/letalidade-policial-sobe-quase-190-em-uma-de-cada-diz-anuario-de-seguranca/> Acesso em: 29 ago. 2025.

SOARES, L. E. Prefácio. In: GUERRA, M. P. **Polícia e ditadura**: a arquitetura institucional da segurança pública de 1946 a 1988. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

SOUZA, L. A. F.; SERRA, C. A. Quando o Estado de exceção se torna permanente Reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 205-227. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/fH5MCbHjVrKPc6ScHMwNvNz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 ago. 2025.

TRINDADE, F. A. G. da. Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. In: BACKES, A. L.; AZEVEDO, D. B.; ARAÚJO, J. C. (Orgs.). **Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte**: a sociedade na tribuna. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. p. 262-282.